

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO N.º DE 2010 (Do Senhor Paulo Rubem Santiago)

Requer a realização de diligência à cidade de Ipojuca (PE), para verificar violações aos Direitos Humanos as mais de 300 famílias de trabalhadores rurais e pescadores de comunidades rurais, que vivem na área de terreno de marinha e os desdobramentos do caso.

Senhor Presidente

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de diligência à cidade de Ipojuca (PE), para verificar violações aos Direitos Humanos as mais de 300 famílias de trabalhadores rurais e pescadores de comunidades rurais, que vivem na área de terreno de marinha e os desdobramentos do caso.

JUSTIFICAÇÃO

Mais de 300 famílias de trabalhadores rurais e pescadores de comunidades rurais centenárias que vivem na área de terreno de marinha no município de Ipojuca-PE, área também ocupada pela Usina Salgado, estão ameaçados de expulsão.

Não se trata de um simples conflito entre Usineiros e algumas famílias de sitiantes, mas de um conflito coletivo de posse, que envolve mais de 300 de famílias que formaram comunidades rurais centenárias no Engenho Salgado e nos imóveis vizinhos. Essas famílias de camponeses e pescadores estão sendo despejadas de seus imóveis sem a devida indenização, sem acompanhamento do Estado e sem a preocupação com o seu adequado reassentamento.

O imóvel em litígio é terreno de marinha, portanto de propriedade da União, onde há mais de 100 anos se consolidou a Comunidade de Pescadores e Agricultores conhecida como “Sítio Zé Ipojuca”, hoje composta com aproximadamente 1500 pessoas, todas de baixa renda, que sobrevivem da agricultura familiar e da pesca artesanal nos rios da região. Não bastassem esses fatos que por si só já justificariam uma intervenção do Estado brasileiro com políticas públicas para assegurar a dignidade dessas famílias, surge também graves danos ambientais que, de acordo com o IBAMA, a Usina vem cometendo nos imóveis da União.

Assim, diante do exposto, e na defesa dos direitos dessa comunidade rural que está sob o grave risco de perder de maneira irreversível suas moradias e seus meios de subsistência, violando o mais sagrado direito à dignidade, solicitamos aos prezados pares o apoio a este requerimento.

Sala das Comissões, de 2010

Deputado Paulo Rubem Santiago

PDT /PE